



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON-MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CARGO

ASSISTENTE SOCIAL

DATA: 21/06/2015

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
 - LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
 - NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 11 a 20
 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que se segue e responda às questões de 01 a 10.

O ato e a pressa

01 O incidente do ministro Nelson Barbosa com o salário mínimo é menos simplório do que indicado em
02 sua redução, de aparência unânime, a mais um trompaço temperamental da “gerentona”.

03 O ministro do Planejamento não está estreando em governo. Nem mesmo na área de política e
04 economia. Em seus anos de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, até desentender-se com Guido
05 Mantega, pôde comprovar a profunda relação entre o que se passa na área econômica e as condições em
06 que Presidência caminha, em política, na administração e com os cidadãos.

07 Nelson Barbosa decide dar uma entrevista coletiva no primeiro dia útil do novo governo, espremido
08 entre o feriado da posse presidencial e o fim de semana. Não expõe o motivo de tanta pressa. Não espera,
09 sequer, que o seu parceiro da Fazenda e de ideias seja empossado já no próximo dia útil. Mas Nelson
10 Barbosa fala no plural: “vamos”. Faz as manchetes com o tema dominante e, excluídas as obviedades, quase
11 único de sua oferecida fala: “Vamos propor uma nova regra de reajuste do salário mínimo para 2016 a 2019
12 ao Congresso Nacional nos próximos meses”.

13 A pressa é mais abrangente: Nelson Barbosa anuncia no primeiro dia útil deste ano e do novo governo
14 uma alteração que, se vigorar, só o fará no ano que vem. Por si mesma, essa antecipação não faz sentido. É,
15 talvez, uma medida a ser iniciada proximamente, convindo abordá-la desde logo? Não, nada há estabelecido:
16 a proposta ao Congresso será nos vagos “próximos meses”. Também do ponto de vista administrativo e
17 legislativo, portanto, o anúncio não faz sentido.

18 Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo,
19 anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população. Como ato político
20 é, no mínimo, de espantosa temeridade.

21 Nelson Barbosa dispôs de um elemento a mais para saber o peso, no governo, do tema salário
22 mínimo. Esse elemento foi dado pela própria Dilma, menos de 24 horas antes do chamado aos repórteres
23 para ouvir a comunicação do ministro do Planejamento: até por causa do seu desgaste com as escolhas de
24 Joaquim Levy e Nelson Barbosa, nem na posse Dilma Rousseff deixou de reiterar a imutabilidade da regra
25 vigente do salário mínimo. Nelson Barbosa estava lá, ouvindo-a.

26 Uma hipótese: velho crítico do salário mínimo, ao qual atribui efeitos corrosivos nas contas
27 governamentais, como declarou contra a opinião de Dilma quando se iniciava a campanha eleitoral, Nelson
28 Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar, vitoriosa com ele, uma das
29 suas insistências derrotadas nas discordâncias com Guido Mantega. E a imporia com Mantega ainda como
30 ministro, não mais seu superior, mas um igual posto no papel de derrotado. Hipótese improvável, sim.
31 Desprezível, não.

32 Outra, menos requintada: Nelson Barbosa quis testar o poder e a liberdade de ação de que vai dispor
33 com Joaquim Levy. Um desafio. Recebeu a resposta ou parte dela, ambas insatisfatórias.

34 Pode-se imaginar uma série de outras hipóteses, melhores e piores. Até onde chego, nenhuma capaz
35 de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro. Nelson Barbosa, no entanto, não sendo
36 ingênuo nem de pouca inteligência, por certo agiu com um propósito que, a seu ver e cabe supor que no de
37 Joaquim Levy, tem sentido.

FREITAS, Janio de. **O ato e a pressa**. Folha de São Paulo. Acesso em: 06 de janeiro de 2015. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2015/01/1570976-o-ato-e-a-pressa.shtml>

01. Levando-se em conta a leitura global do texto, pode-se afirmar que

- (A) Nelson Barbosa quis ser o primeiro ministro a anunciar medidas do novo mandato de Dilma Rousseff.
- (B) Nelson Barbosa só quis afrontar o ex-ministro da fazenda Guido Mantega, com o qual mantinha relação pouco amistosa.
- (C) Nelson anunciou, no sentido contrário ao governo, uma nova regra de reajuste do salário mínimo.
- (D) Nelson Barbosa se precipitou ao fazer o anúncio de novas regras de reajuste do salário mínimo.
- (E) Nelson Barbosa está contra o governo de Dilma Rousseff e tem clara intenção de sabotar o governo petista.

02. Das expressões abaixo, a única que não se refere a Nelson Barbosa é:
- (A) O ministro do Planejamento (linha 03).
 - (B) secretário-executivo do Ministério da Fazenda (linha 04).
 - (C) um integrante do governo (linha 18).
 - (D) Esse elemento foi dado pela própria Dilma (linha 22).
 - (E) velho crítico do salário mínimo (linha 26).
03. O trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população” (linhas 18 e 19) tem, dentre as opções abaixo, uma única paráfrase que mantém, adequadamente, a correção gramatical, as relações textuais e de sentido:
- (A) Não faz sentido algum um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, bradar alterações num dos fatores mais sensíveis à relação entre governo e população.
 - (B) Dos fatores mais sensíveis à mudança, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, alterou um: o salário mínimo.
 - (C) No primeiro dia do ano de 2015 e do governo Dilma Rousseff, um integrante do governo, Nelson Barbosa, fez um anúncio, sem muito sentido, de alteração de um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população.
 - (D) Um integrante do governo, sem sentido, no primeiro dia do ano e do mesmo governo, alterou um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e povo.
 - (E) Em 2015, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, anunciou, apressada e inconseqüentemente, uma alteração em um dos fatores mais sensíveis da relação entre Estado e povão.
04. Levando-se em conta o trecho “Nelson Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar (...)” (linhas 27 e 28), marque a opção CORRETA sobre a colocação pronominal.
- (A) O pronome ‘se’ só pode vir antes do verbo, porquanto o nome próprio o atrai.
 - (B) O pronome ‘se’ só pode vir depois do verbo, porquanto não há fator de atração.
 - (C) O pronome ‘se’ deveria ter sido usado no meio do verbo.
 - (D) O pronome ‘se’ não deveria ter sido usado.
 - (E) O pronome ‘se’ pode vir antes ou depois do verbo.
05. Levando-se em conta o trecho “nenhuma capaz de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro” (linhas 34 e 35), marque a opção CORRETA sobre o uso do acento grave.
- (A) O acento está mal empregado porque o vocábulo acentuado antecede um nome no masculino singular (novo ministro).
 - (B) O acento é opcional porque o vocábulo ‘atitude’ admite ou não o artigo feminino.
 - (C) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘sentido’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
 - (D) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘dar’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
 - (E) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pela expressão ‘sentido administrativo ou político’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
06. Levando-se em conta o trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração (...)” (linhas 18 e 19), marque a opção CORRETA quanto ao uso das vírgulas.
- (A) As duas vírgulas utilizadas estão mal empregadas porque a expressão adverbial está em sua posição preferencial: no fim da frase.
 - (B) As duas vírgulas utilizadas estão mal empregadas porque expressões adverbiais, sejam quais forem, não são virguladas.
 - (C) O uso de somente uma vírgula, depois da primeira ocorrência do vocábulo ‘governo’, manteria o período correto gramatical e semanticamente.
 - (D) O uso de somente uma vírgula, depois da segunda ocorrência do vocábulo ‘governo’, manteria o período correto gramaticalmente.
 - (E) As duas vírgulas utilizadas estão bem empregadas porque a expressão adverbial, de longa extensão, está deslocada de sua posição preferencial (fim do período) para o meio dele.

07. Levando-se conta o trecho “E a imporia com Mantega ainda como ministro” (linhas 29 e 30), marque a opção em que há uma preposição que substitua, sem prejuízo gramatical e com a menor variação de significado, a preposição ‘com’ do referido trecho.
- (A) em. (B) por. (C) a. (D) de. (E) pelo.
08. Dado o contexto geral do texto, a proximidade semântica do vocábulo ‘temeridade’ (linha 20) se dá mais com a ideia de:
- (A) Imprudência. (B) Medo. (C) Desatino. (D) Perigo. (E) Despropósito.
09. Das formas acentuadas abaixo, a única que NÃO poderia vir sem acento, no caso de mudança de classe gramatical, é:
- (A) ‘unânime’ (linha 02). (D) ‘útil’ (linha 09).
 (B) ‘até’ (linha 04). (E) ‘lá’ (linha 25).
 (C) ‘política’ (linha 06).
10. Ao utilizar formas verbais como ‘expõe’ (linha 08), ‘espera’ (linha 08), ‘imporia’ (linha 29), ‘Recebeu’ (linha 33) e ‘agiu’ (linha 36), o autor
- (A) faz uso da elipse do sujeito a fim de proporcionar a progressão textual, pois evita a repetição de expressões facilmente recuperáveis pelo contexto.
 (B) demonstra não ter um grande acervo lexical que lhe pudesse ajudar no preenchimento dos sujeitos ocultos.
 (C) intenta obscurecer ao leitor informações importantes do texto.
 (D) suprime, intencionalmente, o nome do ministro Nelson Barbosa, no intuito de lhe preservar a identidade.
 (E) tenciona testar a capacidade de análise sintática de seus leitores, no momento em que eles encontram os sujeitos ocultos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Leia as afirmativas a seguir sobre os componentes de um computador:
- I. O Scanner é um dispositivo que “varre” o computador em busca de vírus;
 - II. USB (Universal Serial Bus) é um tipo de conexão que permite a conexão de periféricos sem a necessidade de desligar o computador;
 - III. SSD é um tipo de dispositivo, sem partes móveis, para armazenamento não volátil de dados digitais que pode substituir o HD (disco rígido).
- Assinale a opção que corresponde à(s) afirmativa(s) CORRETA(S):
- (A) Apenas I. (D) Apenas I e II.
 (B) Apenas II. (E) Apenas II e III.
 (C) Apenas III.
12. Assinale a opção que NÃO corresponde a um software que compõe uma suíte de escritório (Microsoft Office, Open Office/BrOffice):
- (A) Excel. (D) PhotoShop.
 (B) Access. (E) Writer.
 (C) Impress.

13. Dada a seguinte planilha no Excel 2010,

	A	B	C
1	8	7	1
2	6	3	1
3	2	2	6
4	4	8	3
5	3	4	1

- (A) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte normal, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
 - (B) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, justificado; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
 - (C) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte negrito, justificado; 3º parágrafo em itálico alinhado à direita.
 - (D) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte em itálico, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
 - (E) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, alinhado à esquerda; 3º parágrafo em negrito alinhado à direita.
20. Com relação à navegação na Internet através do *browser*, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Ópera, Safari, Chrome e Firefox são nomes de *browsers* (navegadores).
 - (B) Intranet é um tipo de Internet que permite acesso irrestrito.
 - (C) URL é uma sigla que indica o endereço de um site ou algum recurso (arquivo ou dispositivo).
 - (D) O uso do https no início dos endereços dos sites indica uma camada adicional de segurança no acesso àquele site.
 - (E) Um cookie é um pequeno pedaço de dados enviado a partir de um site web e armazenado em um arquivo que pode guardar informações das atividades do usuário naquele site.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Para Raquel Raichelis, em “O trabalho do assistente social na esfera estatal” (In: CFESS; ABEPS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CFESS; ABEPS, 2009, p. [443-460]), “as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem” (p. [444]). As condições que propiciaram a profissionalização do Serviço Social foram criadas:
- (A) Pelos movimentos de renovação da Igreja Católica expressos, particularmente, nas encíclicas Rerum Novarum e Quadragésimo Ano, ao proporem o envolvimento dos católicos com os problemas sociais.
 - (B) Pela Primeira Guerra Mundial com a aceleração industrial, das migrações campo-cidade e do intenso processo de urbanização, aliado ao crescimento das classes sociais urbanas, especialmente do operariado.
 - (C) Pela crescente intervenção do Estado capitalista nos processos de regulação e reprodução social, por meio das políticas sociais públicas.
 - (D) Pela crise do mecanismo institucional sob o qual se assentava a civilização do século XIX, em particular, o mercado auto-regulado e o Estado Liberal.
 - (E) Pela Revolução Industrial que, ao tempo em que trouxe um progresso miraculoso dos meios de produção, produziu uma catastrófica desarticulação da vida das pessoas.
22. Para a teoria crítica que fundamenta o projeto ético-político atual da profissão, Serviço Social é:
- (A) Uma profissão liberal, de natureza técnico-científica cujo exercício é regulado em todo o território nacional pela Lei n.º 3.252, de 27 de agosto de 1957.
 - (B) Uma atividade destinada a estabelecer, por processos científicos e técnicos, o bem-estar da pessoa humana, individualmente ou em grupo, e constitui recurso indispensável à solução cristã e verdadeira dos problemas sociais.
 - (C) Uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social.
 - (D) Toda ação dos poderes públicos, dos indivíduos ou das obras particulares tendo por objetivo prevenir, curar ou minorar por meio científicos as deficiências dos indivíduos e das coletividades.
 - (E) Uma profissão integrada no setor público ou privado, configurando um tipo de especialização do trabalho que contribui para o fortalecimento dos usuários e das organizações populares, com uma “privilegiada dimensão política”.
23. O fundamento que norteia o Código de Ética Profissional do Assistente Social vigente (aprovado pela Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 de março de 1993, e alterado pelas Resoluções CFESS n.º 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11) é:
- (A) A pessoa humana é o valor central, isto é, centro, objeto e fim da vida social.
 - (B) É no processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente.
 - (C) O desempenho da tarefa que cabe ao Serviço Social no complexo mundo moderno depende de uma concepção de vida, baseada na natureza e destino do homem.

- (D) Há uma essência humana predeterminada e uma ordem eterna e imutável.
(E) A plena realização da pessoa humana depende de dois valores essenciais: bem comum e justiça social.
24. O Código de Ética Profissional do Assistente Social vigente (aprovado pela Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 de março de 1993, e alterado pelas Resoluções CFESS n.º 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11) é:
- (A) Resultado das profundas mudanças teórico-metodológicas vivenciadas pelo Serviço Social brasileiro nos anos de 1970.
(B) É a expressão da ruptura com concepções filosóficas conservadoras, fundadas no neotomismo, em que prevalece a lógica de valores abstratos, da harmonia, do bem comum e da neutralidade.
(C) É uma ruptura com o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986 (Resolução CFAS n.º 195/1986 de 9 de maio de 1986) no que se refere aos fundamentos ontológicos do ser social e à relação estratégica entre projeto profissional, defesa dos direitos e projeto societário.
(D) Uma revisão e aprimoramento do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986 (Resolução CFAS n.º 195/1986, de 9 de maio de 1986) em termos do entendimento da ética, bem como um aperfeiçoamento dos instrumentos normativos do Serviço Social.
(E) É o primeiro Código de Ética Profissional do Assistente Social alicerçado numa concepção filosófica marxista.
25. O Código de Ética Profissional do Assistente Social vigente (aprovado pela Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 de março de 1993 e alterado pelas Resoluções CFESS n.º 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11) adota como ponto de partida de que “a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho” (CFESS, [2012], p. 21-22). Essa afirmação significa que a concepção filosófica sobre a qual se baseia é:
- (A) Fenomenológica. (B) Marxista. (C) Estruturalista. (D) Neotomista. (E) Positivista.
26. “A participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais”, prevista na letra “c” do art. 2º da Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 de março de 1993, alterada pelas Resoluções CFESS n.º 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11), é:
- (A) um dever do assistente social.
(B) um direito do assistente social.
(C) uma competência exclusiva do assistente social (não pode ser exercida por outros profissionais).
(D) uma conduta vedada ao assistente social.
(E) um direito e um dever do assistente social.
27. A alteração do Código de Ética Profissional do Assistente Social vigente (aprovado pela Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 de março de 1993) e pela Resolução n.º 594/11, de 21 de janeiro de 2011 consiste em:
- (A) Dar nova redação à alínea “a” do art. 20 e ao art. 25 da Resolução CFESS n.º 273/93.
(B) Introduzir aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantir a linguagem de gênero.
(C) Introduzir normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social.
(D) Permitir a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional.
(E) Dispor sobre a obrigatoriedade de registro, nos Conselhos Regionais de Serviço Social, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de cargos genéricos e dá outras providências.
28. A “questão social” tem uma relação com o Serviço Social desde sua gênese como profissão, sustentando sua base de intervenção a partir dos diferentes modos de entendê-la. O modo como a questão social é entendida na atualidade enseja que o Serviço Social:
- (A) Aja no sentido de equacioná-la, pois entende “questão social” como desemprego, subemprego, marginalidade, miséria.
(B) Procure harmonizar capital e trabalho, empregados e patrões, pois compreende “questão social” como conflito capital e trabalho.
(C) Remeta seu equacionamento para a supressão da contradição entre as classes sociais, entendendo a “questão social” como movimento social, revolta, revolução.
(D) Defenda os direitos sociais, afirmando a primazia do Estado como condutor das políticas públicas e, ao mesmo tempo, promovendo a articulação política da sociedade civil, pois entende a “questão social” como o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura,

impensáveis sem a intermediação do Estado cuja gênese é o caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada das condições necessárias à realização do trabalho e dos seus frutos.

- (E) Atue no sentido de modificar a estrutura econômica da sociedade, modificando a ordem social capitalista, pondo fim à estrutura de classe, pois entende “questão social” como constitutiva do desenvolvimento capitalista, estando imbricada à sociedade burguesa.
29. A “Questão Social no Brasil” foi tratada no período de 1930 a 1937 como
- (A) um problema decorrente da estrutura social. (D) caso de polícia e ilegal.
(B) ilegalidade. (E) caso de polícia, porém legal.
(C) caso de política.
30. Até a existência da Lei nº 5.890 de 5 de julho de 1973 que, dentre outras medidas, estendeu a cobertura previdenciária aos trabalhadores autônomos, a proteção social só era possível à determinadas categorias profissionais. Por conseguinte, a cidadania era
- (A) o pertencimento a um Estado-Nação.
(B) um *status* profissional.
(C) a localização num sistema de estratificação ocupacional, definido por norma legal.
(D) a posse de direitos civis, políticos e sociais.
(E) o estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada – um país – e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações sob vigência de uma constituição.
31. A Constituição de 1988 foi chamada de “Constituição Cidadã” porque
- (A) instituiu a cidadania regulada, segundo a qual, cidadão é aquele membro da comunidade que se encontra localizado em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei.
(B) estabeleceu, pela primeira vez no Brasil, que todos são iguais perante a lei.
(C) conferiu aos brasileiros e aos estrangeiros residentes direitos e garantias – individuais, políticos, sociais, econômicos e culturais –, e deu-lhe o poder de seu efetivo exercício, além de meios processuais eficientes contra a violação de seu gozo ou fruição por parte do Poder Público.
(D) fundamenta-se na concepção de cidadania ativa, prerrogativa de quem pode participar da vida política do país, e cidadania passiva, aqueles que não têm a prerrogativa de participar da vida política.
(E) estabeleceu que todos os que moram na cidade e têm acesso aos cargos públicos são cidadãos.
32. Desde Mary Richmond, com sua obra *Diagnóstico Social*, a entrevista constitui um instrumento de trabalho do assistente social, sendo conceituada, conforme a matriz teórico-metodológica adotada a cada momento histórico ou conforme cada estudioso. Das diferentes compreensões, contudo, mantém-se:
- (A) o entendimento da entrevista como um meio de trabalho que permite estabelecer uma relação profissional, um vínculo intersubjetivo e interpessoal entre duas ou mais pessoas, estabelecendo como diferencial, em seu uso, a maneira e a intenção de quem a pratica.
(B) a existência de alguns dispositivos ou elementos da entrevista, tais como: necessidade de conhecimento, a intencionalidade, o respeito pelos sujeitos e o modo de operacionalização do trabalho do assistente social.
(C) a compreensão de que é um meio através do qual o assistente social faz o diagnóstico social, em que se estabelecem a base do entendimento mútuo e os fios que vão orientar o trabalho até alcançar a avaliação.
(D) a recomendação de que sejam observados, desde o início, os objetivos e que o assistente social, no momento da entrevista, seja delicado, paciente, e que escute largamente o necessitado.
(E) a percepção da entrevista como arte, como técnica que pode ser desenvolvida e aperfeiçoada pela prática contínua.
33. Um elemento imanente da entrevista, sem o qual ela não cumpre sua finalidade, é a escuta, entendida, nesse contexto, como:
- (A) perceber um som ou uma palavra, pelo sentido da audição.
(B) ouvir, entendido, como uma capacidade biológica que não exige esforço do cérebro.
(C) o momento inicial da entrevista em que dois sujeitos se encontram num espaço em que se produz uma relação de responsabilização, a partir do qual se constituem vínculos e compromissos que norteiam a intervenção.
(D) um trabalho intelectual, em que, após a percepção do som ou da palavra pelo sentido da audição, interpreta-se, avalia, analisa-se e tem-se uma atitude ativa.
(E) desencadeamento da mediação no qual há responsabilização e criação de vínculos entre o usuário e a instituição, ali representada pelo profissional.

34. O Código de Ética Profissional do Assistente Social vigente (aprovado pela Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 de março de 1993, e alterado pelas Resoluções CFESS n.º 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11) estabelece, no inciso XI do art. 4º, que é competência do assistente social “realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”. Sobre os estudos socioeconômicos a que se refere o Código, é CORRETO afirmar que:
- (A) Têm por finalidade conhecer, com profundidade e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais.
- (B) Envolvem dois grupos de informações importantes: aquelas inerentes ao indivíduo (aparência física, capacidade mental, habilitações específicas) e aquelas próprias do ambiente em que vive (tipo de casa, tipo de emprego do presente e do passado, companheiros dos quais gostava).
- (C) São procedimentos que se baseiam na compreensão de que os casos sociais trazidos por aqueles que procuram atendimento nas instituições são necessidades humanas básicas não satisfeitas decorrentes dos seus modos de vida.
- (D) Consistem num método de estudo dos casos sociais, tendo em vista a realização do diagnóstico e o correspondente tratamento.
- (E) Têm características e finalidades próprias, o que o torna eficaz para o estudo das situações dos diferentes espaços sociocupacionais (o público, o privado).
35. Conforme Alzira Maria Baptista Lewgoy e Esalva Maria Carvalho Silveira em “A entrevista nos processos de trabalho do assistente social” (**Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.6, n.2, p. 233-251, jul/dez 2007), na realização da entrevista, o assistente social utiliza um conjunto de técnicas “selecionadas de acordo com o momento ou a finalidade da entrevista”. No momento em que o assistente social dá ao usuário a oportunidade de contar a sua história de maneira totalmente compreensível, favorecendo-lhe objetivar sua situação, suas informações, não se sujeitando à visão do entrevistador, a técnica utilizada é:
- (A) Acolhimento. (D) Questionamento.
- (B) Clarificação. (E) Síntese integradora.
- (C) Reflexão.
36. A família de um usuário com transtorno psíquico dos exemplos impõe restrição aos ambientes da casa, impedindo-lhe o acesso a algumas dependências de atividades comuns da família. Após estabelecer um vínculo de confiança com a família, o assistente social deseja saber os sentimentos e os motivos que os levam a mantê-lo segregado a fim de identificar se essa ação oculta expressões da questão social, como preconceito e discriminação, que a família reproduz em suas relações com o usuário. Para isso, a técnica de entrevista mais recomendada é:
- (A) Acolhimento. (D) Exploração ou aprofundamento.
- (B) Síntese integradora. (E) Silêncio sensível.
- (C) Questionamento.
37. Conforme Carla Pacheco Teixeira, no texto “Visita domiciliar: um instrumento de intervenção” (**Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 15, v. 1, p. 165-178, jan.-jun./2009), “A Visita Domiciliar [...] é instrumento técnico operativo do Serviço Social e constitui prática cotidiana desde os primórdios dessa profissão”. Ao longo de sua história, o Serviço Social tem utilizado a visita domiciliar:
- I. Junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais com o fim de adequar o indivíduo à ordem vigente ou para reintroduzi-los em seu meio familiar;
- II. Como metodologia para viabilizar a efetivação de direitos sociais prestados através de políticas sociais;
- III. Para buscar provas que atestem alguma situação de carência, maus tratos, violência doméstica ou abuso sexual;
- IV. Para colher dados necessários à seleção, à inserção, à adesão ou à exclusão de indivíduos ou de famílias em programas sociais;
- V. Junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar, desenvolvendo técnicas de observação, de entrevista e de relato oral.
- (A) Somente I, II e III estão corretas. (D) Somente II está correta.
- (B) Somente I, IV e V estão corretas. (E) Todas as assertivas estão corretas.
- (C) Somente I, II e IV estão corretas.

38. Na Lei Orgânica da Assistência Social, na redação dada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, família é:
- (A) O núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo, e se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos, tendo, como tarefa primordial, o cuidado e a proteção de seus membros, e que se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual se insere.
 - (B) O requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.
 - (C) Um conjunto de pessoas que se encontram unidos por laços de parentesco que podem ser por afinidade (casal) ou consanguíneos (pais e filhos).
 - (D) Um núcleo formado por pais e filhos.
 - (E) A união de um homem e uma mulher.
39. As competências dos municípios na Assistência Social, conforme as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e nº 12.435 de 6 de julho de 2011, são:
- I. Responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal;
 - II. Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
 - III. Incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão do Suas;
 - IV. Prestar os serviços assistenciais (atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e voltadas para suas necessidades básicas);
 - V. Calcular o montante de recursos a serem repassados a entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos a título de apoio financeiro à realização de atividades de assistência social.
- (A) Somente I, II e IV estão corretas.
 - (B) Somente III, IV e V estão corretas.
 - (C) Somente I, III e V estão corretas.
 - (D) Somente I, II e III estão corretas.
 - (E) Todas as assertivas estão corretas.
40. Para a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que alterou a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, são consideradas entidades e organizações de assistência social aquelas:
- (A) que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários por ela abrangidos, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.
 - (B) sem fins lucrativos que atuam na defesa e garantia de direitos dos seus beneficiários.
 - (C) sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários por ela abrangidos, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
 - (D) que prestam, sem fins lucrativos, atendimento aos seus beneficiários.
 - (E) que atuam, sem fins lucrativos, na defesa e garantia dos direitos dos seus beneficiários.
41. A Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que, dentre outras providências, “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social”, estabelece no art. 88 as competências do Serviço Social no âmbito da previdência social como: “esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade”. Segundo esta competência, a ação profissional:
- (A) pauta-se na ótica da inclusão social e da cidadania, contribuindo para a formação de uma consciência coletiva de proteção social.
 - (B) tem caráter neutro e tecnicista.
 - (C) insere-se nas atribuições privativas do assistente social que são estabelecidas no art. 4º da Lei nº 8.662/1993 (Lei que regulamenta a profissão).
 - (D) insere-se nas competências do assistente social estabelecidas no art. 5º da Lei nº 8.662/1993 (Lei que regulamenta a profissão).
 - (E) volta-se para a integração do usuário da previdência social à sociedade, ajustando suas demandas aos serviços oferecidos pela previdência.
42. A realização de pareceres sobre a matéria de Serviço Social, prevista como uma das atribuições privativas do assistente social, conforme a Lei nº 8.662, que regulamenta a profissão de assistente social, consiste em:
- (A) instrumento de viabilização de direitos, um meio de realização do compromisso profissional com os usuários, tendo em vista a equidade, a igualdade, a justiça social e a cidadania.

- (B) opinião pessoal do assistente social, fornecendo elementos para a concessão de um benefício, de recurso material ou decisão de outros profissionais, tais como juízes, médico-peritos.
- (C) é um posicionamento do profissional em relação a uma realidade sócio-relacional e às suas implicações no contexto de uma organização.
- (D) é um documento em que o assistente social emite juízo de valor em relação a uma situação, concessão de benefício ou recurso material.
- (E) trata-se de uma opinião técnica sobre uma situação social, que o Assistente Social a partir da realização do Estudo Social, emite, determinando a concessão de um benefício ou recurso material.

43. Sobre o planejamento estratégico, é CORRETO afirmar:

- (A) É um ato de determinar os objetivos da organização e os meios para alcançá-los, além de ser uma ferramenta indispensável à administração para aumentar a capacidade e melhorar a qualidade nos processos de decisões.
- (B) É o processo contínuo de, sistematicamente e com o maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvem riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões e, através de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas.
- (C) Refere-se, ao mesmo tempo, à seleção das atividades necessárias para atender às questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros).
- (D) Diz respeito à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e a redefinição da ação.
- (E) É um processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis, a fim de alcançar objetivos concretos em prazo determinado e em etapas definidas, a partir do conhecimento e avaliação científica da situação original.

44. Fazem parte do planejamento estratégico os seguintes procedimentos, inter-relacionados:

- I. Escolha e delimitação do objeto de planejamento: seleção do que planejar;
- II. Definição de objetivos e estabelecimento de metas;
- III. Identificação do terreno ou cenário em que se desenvolverá a ação e suas tendências;
- IV. Identificação de aliados, oponentes, interessados, neutros e, em alguns casos, até inimigos, mapeando a natureza e consistência de seus vínculos;
- V. Identificação do perfil das forças em confronto, seus recursos, suas técnicas, suas alianças (em magnitude e qualidade), sua capacidade operacional.

- (A) Somente I, II e IV estão corretos.
- (B) Somente I, III e V estão corretos.
- (C) Somente I, II e III estão corretos.
- (D) Somente III, IV e V estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

45. A avaliação de políticas públicas que visa gerar um produto físico tangível, costumeiramente realizada pelos próprios formuladores, implementadores e/ou executores da política é:

- (A) Avaliação de impacto.
- (B) Avaliação quase experimental.
- (C) Avaliação experimental.
- (D) Avaliação de processo.
- (E) Avaliação Compreensiva.

46. Na área ambiental, os assistentes sociais atuam:

- I. Na elaboração de projetos ambientais, em particular, nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA);
- II. No âmbito da Mobilização Comunitária (MOC) e Educação Ambiental (EA);
- III. Na aproximação de empresas envolvidas em empreendimentos que produzem danos ambientais e sociais com as comunidades afetadas pelas ações a fim de apaziguar conflitos;
- IV. Na prestação de socorro às populações em situações de desastres, planejando as ações necessárias;
- V. Nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), elaborados para efetuar ações de remanejamento de população atingida por determinada obra.

- (A) Apenas II, IV e V estão corretos.
- (B) Apenas I, III e V estão corretos.
- (C) Apenas I, II e IV estão corretos.
- (D) Apenas III está correto.
- (E) Todos os itens estão corretos.

47. A inserção dos assistentes sociais nos serviços de saúde é mediada pelo reconhecimento social da profissão e por um conjunto de necessidades, tais como demora no atendimento, precariedade dos recursos, burocratização, ênfase na assistência médica curativa, problemas com a qualidade e quantidade de atendimento, não atendimento aos usuários. Nesse contexto, as ações:
- (A) possuem caráter emergencial e burocrático expressas, quase sempre, em encaminhamentos para outros setores sem o necessário protocolo com o fluxo do atendimento.
 - (B) consistem em avaliação socioeconômica dos usuários cujo objetivo é definir o acesso aos serviços, ou seja, verifica o enquadramento nos critérios de elegibilidade e/ou seletividade estrutural.
 - (C) consistem em visitas familiares para verificar a veracidade dos dados fornecidos pelo usuário.
 - (D) envolvem terapias individuais, de grupo, de família ou comunitárias.
 - (E) predominantes no atendimento direto, são as socioassistenciais, de articulação interdisciplinar e as socioeducativas.
48. Na equipe de saúde, cabe ao assistente social:
- (A) Marcação de consultas e exames, bem como solicitação de autorização para tais procedimentos aos setores competentes.
 - (B) Identificação de vagas em outras unidades nas situações de necessidade de transferência hospitalar.
 - (C) Identificar e trabalhar os determinantes sociais da situação apresentada pelos usuários e garantir a participação dos mesmos no processo de reabilitação, bem como a plena informação de sua situação de saúde e a discussão sobre as suas reais necessidades e possibilidades de recuperação, face as suas condições de vida.
 - (D) Convocação do responsável para informar sobre alta e óbito.
 - (E) Montagem de processo e preenchimento de formulários para viabilização de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), medicação de alto custo e fornecimento de equipamentos (órgãos, próteses e meios auxiliares de locomoção), bem como a dispensação destes.
49. Considerando os elementos que devem conter no projeto de trabalho do assistente social, elemento fundamental na relação profissional, marque a segunda coluna de acordo com a primeira:
- | | | |
|--|-----|--|
| (1) Identificação, delimitação e justificativa do objeto da ação | () | O que pretende fazer, o que pretende alcançar de forma clara e exequível. |
| (2) Definição dos objetivos | () | As fontes e volume das receitas e despesas. |
| (3) Identificação das metas | () | Mecanismos de avaliação e os canais de aferição da satisfação dos usuários com o projeto |
| (4) Apontamento dos recursos | () | O que o assistente social, com seu trabalho, se propõe a atender, que refrações da questão social serão objetos de sua intervenção. |
| (5) Controle social | () | Antevisão dos resultados que pretende alcançar expressos através de indicadores, que serão os medidores da efetividade do trabalho e nortearão o monitoramento e avaliação do projeto. |

A numeração correta da segunda coluna de cima para baixo é:

- | | |
|----------------|----------------|
| (A) 2,4,5,1,3. | (D) 2,4,1,5,3. |
| (B) 5,3,4,2,1. | (E) 3,5,4,1,2. |
| (C) 3,4,2,5,1. | |
50. José Paulo Netto em “Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil” (**Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr. 1996), define o profissional de Serviço Social como “intelectual que, habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social” (p. 125-126). Nesse contexto, a atitude investigativa é:
- (A) uma estratégia para a conquista de um estatuto acadêmico para o Serviço Social.
 - (B) a permanente busca do novo pela reconstrução de categorias teórico-metodológicas de leitura e intervenção na realidade social.
 - (C) uma visão pragmática da ação profissional, centrada na imediatividade dos fatos e que privilegia sequências empíricas.
 - (D) típica dos que fazem ciência ou agem cientificamente, pois estes têm o privilégio de construir o saber.
 - (E) exclusiva dos que estão nas academias como docentes e pesquisadores, caracterizando-se pelo desvendamento da realidade aparente.